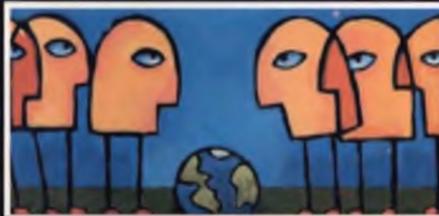
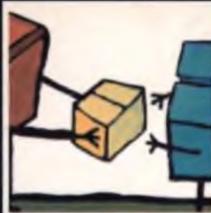


40
ano
UnB à frente



Lauro Morhy
organizador geral

Brasil em Questão

A Universidade e a
Eleição Presidencial



EDITORA

UnB

Ao completar suas primeiras quatro décadas de existência, a Universidade de Brasília (UnB) apresenta à sociedade *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, coletânea de artigos que pode ser definida como verdadeira imersão na realidade histórica, cultural, política e socioeconômica brasileira.

Esta obra é resultado dos debates desenvolvidos no âmbito do *Fórum Brasil em Questão*, rico e promissor diálogo orientado por um esforço de busca e superação de nossos desafios. Instalado em fevereiro de 2002, o *Fórum Brasil em Questão* trouxe, à UnB, durante cinco meses, 41 especialistas das mais diversas áreas para apresentarem e discutirem suas visões sobre temas estratégicos para o País

Brasil **em Questão**

**A Universidade e a
Eleição Presidencial**

Fernando Henrique Cardoso

Presidente da República

Paulo Renato Souza

Ministro da Educação

Francisco César de Sá Barreto

Secretário de Educação Superior

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Diretor

Lauro Morhy – Presidente

Antônio C. de Matos Paiva

Carlos Alberto Rodrigues da Cunha

Carolina Martuscelli Bori

Flávio Rabelo Versiani

Inocência Mártires Coelho

Gileno Fernandes Marcelino

Jacques Rocha Velloso

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: *Lauro Morhy*

Vice-Reitor: *Timothy Martin Mulholland*

Decano de Ensino de Graduação: *Michelangelo Giotto S. Trigueiro*

Decano de Pesquisa e Pós-Graduação: *Noraí Romeu Rocco*

Decana de Extensão: *Dóris Santos de Faria*

Decano de Administração e Finanças: *Érico Paulo Siegmar Weidle*

Decana de Assuntos Comunitários: *Thérèse Hofmann Gatti*

Laboratório de Estudos do Futuro: *Henrique de Sousa Novaes*

Assessoria de Assuntos Internacionais: *José Flávio Sombra Saraiva*

Assessoria de Comunicação: *Rodrigo Caetano*



Brasil em Questão

A Universidade e a Eleição Presidencial

Organizador Geral

Lauro Morhy

Co-organizadores

Marcos Formiga

Regina Marques

Adler Andrade

Tânia Costa

Universidade de Brasília

Laboratório de Estudos do Futuro/Gabinete do Reitor

Editora Universidade de Brasília

2002

Equipe Editorial:

Prof.ª. Dr.ª. Wânia de Aragão-Costa (Preparação de Originais)

Bel.ª. Carmem Galvão (Revisão)

Fernando Brandão e Franklin Cruz (Editoração Eletrônica)

Formatos Design Gráfico (Projeto Gráfico)

Formatos Design Gráfico (Capa e Aberturas sobre ilustrações de Richard Cook - *Getty Images*)

Copyright © 2002 by Editora Universidade de Brasília.

Impresso no Brasil.

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS Q. 02, Bloco C, N° 78

Ed. OK, 2° andar

70300-500 Brasília-DF

Tel: (0xx61) 226-6874

Fax: (0xx61) 225-5611

editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

B823 Brasil em questão: a universidade e a eleição presiden-
 cial / Lauro Morhy (organizador). – Brasília : Editora
 Universidade de Brasília, 2002.
 512p.

ISBN 85-230-0700-8

1. Política – Brasil. 2. Governo: estrutura: política.
3.
Cidadania. I. Morhy, Lauro.

CDU – 32(81)

Agradecimentos

O trabalho coletivo é, sempre, resultado dos esforços de ponderável número de pessoas que se comprometem por acreditarem no objetivo final proposto. Somos gratos a todos que contribuíram para o êxito do Fórum *Brasil em Questão*.

Em especial, nosso reconhecimento aos palestrantes que ousaram apresentar e discutir questões inquietantes dos nossos dias, e propor caminhos para o Brasil.

Nominalmente, agradecemos ao grupo consultivo do Fórum: Adler Andrade, Amado Cervo, Antônio José Escobar Brussi, Benício Viero Schmidt, Cristovam Buarque, Dércio Munhoz, Dóris Faria, Érico Paulo Siegmair Weidle, Flávio Rabelo Versiani, Henrique de Sousa Novaes, Jacques Velloso, José Flávio Sombra Saraiva, José Geraldo de Sousa Júnior, Lúcia Mercedes de Avelar, Marcel Burstyn, Marcos Formiga, Michelângelo Giotto S. Trigueiro, Noraí Romeu Rocco, Pedro Tauil, Regina Marques, Rodrigo Caetano, Sophia Wainer, Tânia Costa, Thérèse Hofmann Gatti, Timothy Martin Mulholland, Vamireh Chacon, Viviane Coutinho Sabino.

Expressamos nossa gratidão aos colaboradores da Universidade de Brasília que ofereceram relevante apoio, sem o qual não teria sido possível a realização do Fórum *Brasil em Questão* e a publicação deste livro – especialmente Decanato de Ensino de Graduação; Decanato de Extensão; Decanato de Assuntos Comunitários; Departamento de Música/IDA; Cerimonial; Prefeitura do Câmpus; Assessoria de Comunicação; Assessoria de Assuntos Internacionais;

Centro de Informática; Núcleo de Multimídia e Internet do Departamento de Engenharia Elétrica, CPCE, Gabinete do Reitor, Editora da Universidade. Também agradecemos aos músicos que se apresentaram no início dos debates e à Escola do Futuro da USP.

LAURO MORHY
REITOR DA UNB

Sumário

APRESENTAÇÃO

Lauro Morhy 11

ABERTURA DO FÓRUM

Lauro Morhy 15

29 de fevereiro BRASILIDADE

Roberto Freire 21

Artur da Távola 31

Aspásia Camargo 37

Vamireh Chacon 47

10 de março BRASIL NO MUNDO

Samuel Pinheiro Guimarães 53

Oliveiros Ferreira 63

Amado Cervo 75

20 de março POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Márcio Pochman 85

André Urani 97

Cristovam Buarque 107

3 de abril A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL

Yeda Crusius 119

Luiz Pinguelli Rosa 129

Décio Munhoz 139

10 de abril SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

Sergio Arouca 155

Marcos Helano Montenegro 167

Sebastião Viana 177

Pedro Tauil 185

17 de abril EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Roberto Vermulm 197

Sergio Rezende 207

João Batista de Oliveira 217

Lauro Morhy 231

24 de abril CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL
E VIOLÊNCIA

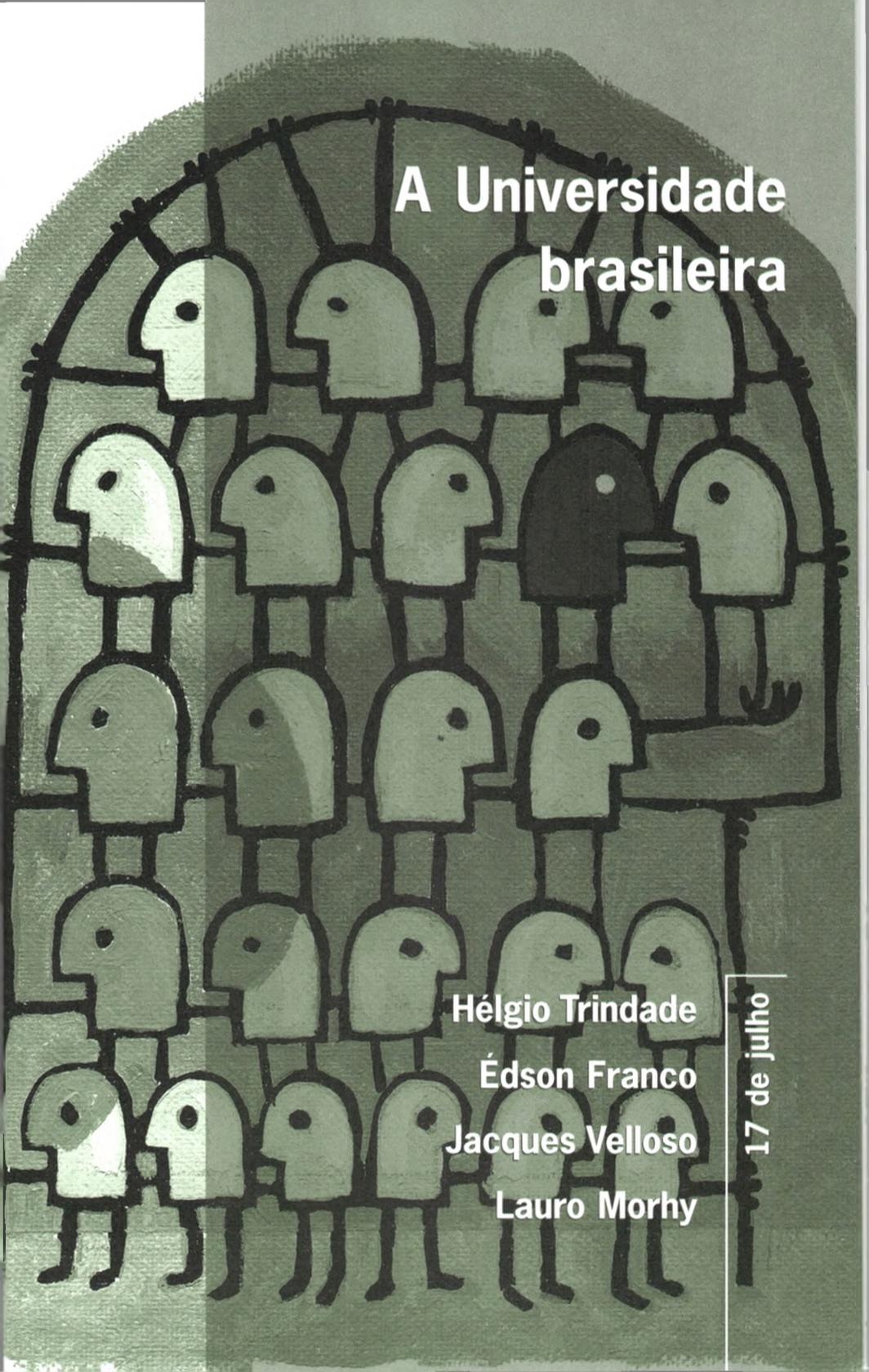
Guilherme de Almeida 239

Sueli Carneiro 245

Luiz Mott 253

Dóris Faria 261

5 de junho	A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA	
	Armando Mendes	275
	Maria Adélia de Souza	283
	Eduardo Suplicy	295
	Cristina Mac Dowell	307
	Marcos Formiga	321
19 de junho	MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA	
	Washington Novaes	351
	Marina Silva	361
	Edna Ramos Castro	371
	Marcel Burstyn	379
3 de julho	REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS	
	Ricardo Varsano	391
	Wilson Cano	405
	Vinícius Carvalho Pinheiro	433
	José Geraldo	447
17 de julho	A UNIVERSIDADE BRASILEIRA	
	Helgio Trindade	459
	Edson Franco	475
	Jacques Velloso	485
	Lauro Morhy	499



A Universidade brasileira

Hélgio Trindade

Édson Franco

Jacques Velloso

Lauro Morhy

17 de julho

Universidade brasileira: traços de um cenário e desafios para a década

Jacques Velloso

A universidade brasileira situa-se, hoje, em cenário que difere bastante, em vários aspectos, do que se desenhava há menos de uma década. No presente texto, esboçamos alguns traços desse cenário e indicamos desafios que se apresentam para a universidade e para as políticas de educação superior.

As atuais políticas para o ensino superior baseiam-se em quadro normativo que pode ser caracterizado por duas grandes dimensões: a da flexibilidade e a da avaliação.

Flexibilidade

Se antes, na reforma universitária de 1968, a universidade foi posta numa camisa de força, na qual se definiram com detalhes a forma de sua organização, hoje, ao contrário, na Lei de Diretrizes

Jacques Velloso é Doutor em Educação pela Escola de Educação da Universidade de Stanford (EUA). Professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB). Integrou, entre 1996 e 1998, a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação e, até 2000, foi Vice-Presidente do mesmo órgão. É organizador dos livros: *A pós-graduação no Brasil: formação e trabalho de mestres e doutores no País e Formação de doutores no País ou no Exterior? Doutores na pós-graduação de excelência* (no prelo).

e Bases da Educação – LDB, não há limites normativos para o formato de sua estrutura. Esses amplos graus de liberdade permitem, a cada universidade, organizar-se de acordo com suas prioridades e vocação, assim ampliando as condições para desenvolver suas atividades-fim. Um desafio que se põe para a universidade é, portanto, o de reformar-se internamente quanto à sua organização, de modo a mais bem cumprir suas funções.

Tal desafio está posto especialmente para a universidade privada pois a pública, notadamente a federal, está submetida a restritivos ditames legais do serviço público, inaceitáveis e incompatíveis com sua autonomia, constituindo severos obstáculos à eficiência de sua gestão. Como organização e gestão em geral caminham juntas, as inovações que podem ser introduzidas naquela sofrem os limites impostos às inovações nesta. É bem verdade que a universidade pública, atualmente, no que concerne à inovação em sua organização, dispõe de graus de liberdade mais amplos do que no cenário anterior; porém, muitos dos desafios com que se defronta só poderão ser adequadamente superados quando a instituição contar com a autonomia de gestão de que necessita.

Um outro aspecto relevante da aludida flexibilidade diz respeito aos currículos. Se antes os currículos da graduação aprisionavam a inovação numa outra camisa-de-força – a da rigidez dos conteúdos – hoje as diretrizes curriculares para as várias carreiras e profissões são bastante flexíveis. Os antigos currículos mínimos – de fato máximos, na maioria dos casos, tamanhas eram as exigências que continham – não asseguravam níveis satisfatórios de qualidade e, portanto, tampouco garantiam a pretendida formação básica comum ou comparável. As novas diretrizes curriculares estabelecem orientações básicas para o ensino de graduação em cada carreira ou profissão e fixam conteúdos

efetivamente mínimos. O desafio que se põe para a universidade, no espaço aberto pelas diretrizes curriculares, é o de elevar a qualidade do ensino de graduação e o de introduzir, continuamente, inovações na formação que atendam às constantes mudanças que se sucedem no mundo do trabalho e nas demandas da sociedade de hoje.

Avaliação

A flexibilidade que caracteriza o novo quadro da educação superior tem, como contrapartida, a avaliação. A supervisão do Estado sobre as condições iniciais do processo educativo, antes intensa, porém realizada sobretudo de modo cartorial, foi abrandada, concentrando-se na supervisão sobre os resultados. De fato, como resumiu Cury¹ pouco depois da promulgação da LDB, transitamos *de um modelo que era mais rígido na base e no processo e mais flexível na saída para outro que inverte os termos desta relação.*

Avaliação e indução

No novo quadro, exigiu-se que as universidades tivessem pelo menos 1/3 de mestres ou doutores no seu corpo docente e que contassem com pesquisa institucionalizada.² Características como essas geralmente estão presentes nas grandes universidades públicas, mas não costumam ser encontradas nas instituições particulares. Ademais, foi criada a figura do centro universitário, instituição de ensino superior que se situa em patamar intermediário entre uma faculdade e uma universidade,³ com

prerrogativas de autonomia universitária como as de criação de novos cursos, mas sem as exigências quanto à pesquisa. Várias universidades e centros universitários privados foram criados na segunda metade dos anos noventa, o que teria induzido um aumento da demanda por pós-graduados.

Outra exigência do quadro normativo foi o reconhecimento periódico de cursos, necessário para a validade dos diplomas concedidos, o que também teria induzido um crescimento da demanda por pós-graduados. O reconhecimento passou a ser realizado a cada cinco anos e passou a considerar o nível de titulação do corpo docente. Uma outra inovação, o Exame Nacional de Cursos – o conhecido Provão – também pode ter contribuído para a mencionada mudança no perfil da demanda, pois o reiterado desempenho deficiente nesse exame passou a afetar o reconhecimento. É provável que diversos cursos tenham buscado elevar a titulação de seus professores, seja na tentativa de conquistar melhores resultados no Provão, seja para alcançar seu reconhecimento ou para renová-lo.

A avaliação no ensino superior teria, assim, induzido um aumento da procura por pós-graduados no setor privado o que levaria, supõe-se, à uma melhoria das condições para um ensino de melhor qualidade. Esse efeito certamente foi buscado por tais políticas que, lamentavelmente, também estiveram associadas ao virtual congelamento de vagas nas universidades federais.

Pesquisa coordenada no âmbito do Núcleo de Estudos sobre Ensino Superior da UnB (NESUB/CEAM/UnB),⁴ na qual foram entrevistados cerca de 8600 mestres e doutores titulados no País na década de noventa, em quinze áreas do conhecimento, obteve dados quanto a evolução do recrutamento de pós-graduados pela universidade particular. Considerando mestres docentes no ensino superior e comparando os que se titularam até 1996 com os que se

formaram a partir de 1997, ano seguinte ao da promulgação da LDB, os resultados mostram que, em doze das áreas estudadas, aumentou de 20 a 30 pontos percentuais, ou mais, a proporção dos que atuam em faculdades e universidades particulares. Assim, por exemplo, a parcela dos mestres docentes em Administração, Direito, Economia, Psicologia, recrutados por instituições privadas, que estava em torno de 55%, subiu para aproximadamente 75%; a dos mestres professores em Bioquímica, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Geociências e Odontologia, contratados por instituições particulares, que girava em torno 25%, cresceu para 50% e mais, sendo que o maior aumento ocorreu na Odontologia, de 24% para 63%.⁵ Com efeito, se essa evidência pode, em parte, decorrer do virtual congelamento de vagas nas universidades federais, ela refletiria sobretudo aquele processo de indução de aumento da titulação em instituições privadas e, portanto, de melhoria de condições para a qualidade do ensino oferecido.

Avaliação e o Provão

O Provão, que integra as políticas de avaliação para a educação superior, sem dúvida é um tipo de avaliação meritocrática e classificatória. Mas, estaria cumprindo um de seus papéis: o de ser sinalizador de qualidade relativa do ensino, para a universidade brasileira, para os estudantes universitários, para os candidatos ao ensino superior e para a sociedade em geral?

Uma das críticas frequentemente feitas ao Provão, no que se refere a seu papel sinalizador de qualidade relativa, é a de que não é possível identificar o valor agregado, ou valor adicionado

pelo ensino, ou seja, o que cada curso acrescenta à formação prévia do estudante. Como o Provão não inclui medidas quanto ao nível dos conhecimentos e habilidades com que cada aluno começa o seu curso, em cada instituição, os bons resultados neste ou naquele curso, nesta ou naquela instituição, poderiam refletir, sobretudo, a qualidade da formação prévia dos estudantes. Esta é, seguramente, uma das limitações do Provão.

Entretanto, estudo recente forneceu importantes indicações quanto àquele valor agregado, na comparação entre instituições públicas e particulares.⁶ Sabe-se que o desempenho escolar dos alunos está fortemente associado a seu nível socioeconômico ou capital cultural. Essa associação tem sido reiteradamente constatada em pesquisas no Brasil e em todos os países nos quais as duas variáveis foram estudadas. Assim, o nível socioeconômico dos estudantes universitários é indicador da qualidade de sua formação anterior. No estudo brasileiro sobre o Provão, comparou-se o desempenho no exame, em cada curso, em universidades públicas e particulares, de formandos de um mesmo nível socioeconômico. Constatou-se que as diferenças de desempenho favoráveis à universidade pública permanecem dentro de cada segmento de nível socioeconômico. Embora o estudo não tenha identificado, com precisão, a formação prévia de cada formando, a referida associação sugere que diferenças de notas no Provão, no mesmo curso, entre instituições diversas, são indicativas de diferenças na qualidade de ensino oferecida entre as instituições. Assim, os melhores resultados que, sistematicamente, são obtidos pelos formandos dos cursos da universidade pública, quando comparados aos da universidade particular, são indicativos da melhor qualidade de ensino que aquelas oferecem. Em suma, o Provão cumpre relevante papel

sinalizador de qualidade relativa do ensino, para a universidade brasileira, para os estudantes universitários, para os candidatos à educação superior e para a sociedade em geral.

A avaliação realizada pelo Provão vem sendo complementada por outro tipo de avaliação dos cursos – a das condições de oferta, igualmente conduzida pelo MEC e que também abrange aspectos importantes para a qualidade do ensino, como titulação do corpo docente, jornada de trabalho dos professores e infra-estrutura dos cursos. Ambas, indispensáveis para adequada supervisão do Estado sobre a educação superior, no entanto, ainda são insuficientes para que a universidade brasileira possa enfrentar o permanente desafio de melhoria da qualidade do ensino.

Os dois tipos de avaliação devem ser coadjuvados pela avaliação institucional, aquela que envolve, em cada universidade, o conjunto das relações entre ensino, pesquisa e extensão na instituição, assim como as relações desta com o Estado e com a sociedade. Esse tipo de avaliação é um processo que permite, à universidade, um autoconhecimento mais amplo de seus problemas, concedendo-lhe condições mais abrangentes de correção e aperfeiçoamento de rumos. Ademais, tal processo tem caráter pedagógico de aprendizagem coletiva por parte dos que dele participam. Uma notável experiência de avaliação institucional no País foi o Programa Institucional de Avaliação das Universidades Brasileiras – PAIUB, levado a cabo na primeira metade dos anos noventa.

Assim, um desafio que se põe para as políticas de educação superior na primeira década do século XXI, no que diz respeito à avaliação é, aperfeiçoando a sistemática do Exame Nacional de Cursos e da avaliação das condições de oferta, estimular a avaliação institucional da universidade brasileira, recuperando experiências como a do PAIUB.

Autonomia e financiamento

A autonomia e o financiamento da universidade pública, especialmente da federal, permaneceu sem equacionamento na segunda metade dos anos noventa. Os recursos destinados à universidade federal permaneceram insuficientes no período, e a universidade pública continuou sujeita a toda sorte de restrições burocráticas que tolhem sua gestão. Essas questões e outras, correlatas, estão abordadas noutros textos da presente coletânea e, por motivos de limitações de espaço, não serão discutidas aqui. De todo modo, cabe ressaltar que a questão da autonomia e do financiamento da universidade pública, notadamente da federal, consiste no maior desafio a ser enfrentado pela política para a educação superior na atual década.

Pós-graduação

A pós-graduação brasileira vem se consolidando ao longo das últimas décadas e teve extraordinário crescimento nos anos noventa. Hoje conta com cerca de 95 mil estudantes e titula 5 mil doutores por ano. Na década passada, especialmente em sua segunda metade, as políticas de avaliação da CAPES acertadamente conduziram ao refinamento da avaliação na busca da excelência acadêmica.

As bolsas no País, ontem e hoje

Em meados dos anos noventa, as bolsas de estudo para mestrado e doutorado no país, 95% delas concedidas pela Capes

e pelo CNPq, abrangiam 60% dos estudantes no mestrado e 65% no doutorado.⁷ O cenário que se desenha no novo milênio, quanto a bolsas, não é alentador.

Na segunda metade dos anos noventa, as bolsas da CAPES para o mestrado mantiveram-se, aproximadamente, no mesmo nível de meados da década, enquanto as do CNPq para este nível de formação caíam 35%.⁸ As bolsas para o doutorado no País, concedidas por ambas as agências, aumentaram no período, valorizando, como deveriam, o nível de titulação maior da formação de cientistas. Entretanto, o resultado líquido foi negativo, pois a expansão da matrícula não foi acompanhada pela das bolsas.

O resultado líquido é, hoje, termos, proporcionalmente, menos bolsas do que antes. Nossas estimativas indicam, para o mestrado no País, que atualmente as bolsas alcançariam cerca de 40% do alunado, comparados aos 60% de ontem; para o doutorado, que as bolsas, hoje, atingiriam cerca de 55% dos estudantes, comparados aos 65% de ontem.⁹ Essa tendência caminha na contramão do crescimento do apoio à formação de cientistas que se observa na maioria dos países cientificamente centrais, trazendo prejuízos para a base da formação de nossos cientistas.

Assim, o desafio posto para as políticas de pós-graduação brasileira é a recuperação dos níveis de apoio à formação de cientistas e de quadros de alto nível, acompanhando as tendências de países cientificamente centrais, de investimentos ascendentes em ciência e tecnologia.

Formação de cientistas no País e no Exterior

O debate no País acerca de modelos de formação pós-graduada intensificou-se no começo dos anos noventa, quando já

estavam consolidados muitos dos programas de doutorado brasileiros, vários deles ostentando padrões internacionais. Naquela época, estudos sobre lideranças científicas na Bioquímica, Física e Química, no Brasil, sugeriam que o modelo preferencial de formação pós-graduada envolveria o doutoramento num bom programa nacional, seguido de pós-doutorado no Exterior. Esses estudos difundiram-se mais ou menos na época em que as verbas para a Ciência e a Tecnologia sofriam severos cortes, afetando profundamente o orçamento do CNPq, que veio a reduzir a oferta de bolsas de doutoramento pleno no Exterior. Na segunda metade da década, os doutorados no País cresceram aceleradamente e o conjunto das bolsas de doutorado pleno no Exterior, concedidas pelas CAPES e CNPq, continuava em declínio. Dados do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq mostram que as proporções dos que se doutoraram no Exterior vêm caindo continuamente. Entre os que se titularam até 1985, quase metade havia feito sua formação em universidades estrangeiras; entre os que obtiveram seu título nos dez anos seguintes, a proporção correspondente diminuiu para 30%; já entre os que se formaram a partir de 1996, menos de 20% fizeram o doutorado fora do Brasil.¹⁰

A atual política de concessão bolsas de doutorado e de pós-doutorado reflete o desenvolvimento científico no País e os cortes de verbas anteriores. Aparentemente, está calcada em convicções quanto ao modelo preferencial de formação de nossos cientistas. Mas a evidência internacional quanto à formação de quadros de alto nível contrasta com essas convicções, pois registra-se crescente fluxo de jovens, graduados em países recém-industrializados, buscando o doutorado em nações onde se concentra o *mainstream* da ciência e da tecnologia.

Recente evidência colhida no País também oferece contraste análogo. Noutro estudo, igualmente coordenado no âmbito do NESUB,¹¹ indagou-se sobre possíveis diferenças nos estilos de atuação acadêmica de cientistas que fizeram toda a sua formação no Exterior, comparados aos dos que se titularam no País, mais tarde seguindo pós-doutorado no Exterior. Foram analisados os programas de pós-graduação brasileiros com excelência acadêmica em quatro áreas: Bioquímica, Engenharia Elétrica, Física e Química. Nas análises feitas para os professores seniores desses programas, comparamos as trajetórias profissionais de dois grupos de docentes que haviam seguido pós-doutoramento no Exterior: os obtiveram seu doutorado em universidade estrangeira e os que se titularam no País. Os resultados mostraram que a co-autoria com colegas do Exterior, a participação em comitês editoriais de periódicos indexados e a participação em comitês assessores de agências internacionais em geral está fortemente associada à trajetória na qual o pesquisador faz sua formação básica no Exterior e, mais tarde, segue estágio pós-doutoral também fora do País.¹²

Assim, um desafio que se coloca para a política de pós-graduação, que entre outros objetivos tem em vista a titulação de quadros de alto nível, indispensáveis para a universidade brasileira, é considerar adequadamente a evidência que aponta para relevantes efeitos da formação em centros que se situam no *mainstream* da ciência e da tecnologia.

Mestrados no País, caráter terminal e êxito

Os mestrados na pós-graduação brasileira foram concebidos tendo em vista, principalmente, o aperfeiçoamento e a formação de quadros para a educação superior, e como patamar inicial

para o doutorado. Cabe, portanto, indagar se os mestres em geral dirigem-se para o doutorado e quais são suas atividades profissionais: atuam como docentes na educação superior ou vêm sendo recrutados por empresas, pela administração e serviços públicos ou por organizações não-governamentais, devido à crescente demanda, nesses setores, por quadros altamente qualificados?

O estudo anteriormente referido, abrangendo mestres e doutores titulados no País nos anos noventa, revelou que o principal destino profissional dos mestres é o mercado de trabalho fora da academia. Em todas as áreas analisadas, exceto na Física e na Química, metade ou bem menos da metade dos titulados faziam doutorado quando foram entrevistados, sugerindo que o mestrado tem um caráter de formação terminal. Ademais, em dez das quinze áreas analisadas – Administração, Direito, Economia, Clínica Médica, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Geociências, Odontologia e Psicologia – mais da metade dos mestres atuava em empresas, públicas e privadas, na administração e serviços públicos, em consultórios e escritórios;¹³ por outras palavras, o principal destino profissional dos mestres não é o trabalho na academia.

O estudo também mostrou que, em todas as áreas analisadas, os mestres avaliam de forma muito positiva a formação teórica e em pesquisa que obtiveram em seus cursos, sinalizando, de modo geral, para o êxito dos mestrados no País. Em torno de 2/3 ou mais dos entrevistados opinaram que ambos os aspectos da formação contribuíam muito para suas atividades profissionais. Mas, em várias áreas, as percepções dos que atuavam na universidade diferiram bastante das opiniões dos que desenvolviam outras atividades. Entre os mestres em Agronomia, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Geociências,

Odontologia e Psicologia, que atuavam fora da academia, a apreciação da formação em pesquisa obtida no curso foi cerca de 20 pontos percentuais menor do que a manifestada pelos docentes universitários.¹⁴

Assim, o desafio que se põe para a universidade na atual década, ou seja, para a comunidade acadêmica, é repensar a concepção de nossos mestrados que, para boa parte dos titulados, tem caráter efetivamente terminal e, em várias áreas, oferece formação em pesquisa que mereceria estar mais afinada com o destino profissional dos egressos.

Notas

1 C. R. J. Cury, “A Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: uma nova reforma educacional?”, in Cury. C. R. J., Brito, V. L. A. e Horta, J. S., *Medo à Liberdade e Compromisso Democrático – LDB e o Plano Nacional de Educação*, Editora do Brasil, S. Paulo, 1998, p. 109.

2 Artigo 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

3 Decreto nº 27.306, de 1997.

4 A pesquisa foi apoiada pela CAPES, em convênio com a UNESCO.

5 Dados de E. Balbachevsky, H. Sampaio, B. Porto e J. Velloso, “Formação acadêmica e mercado de trabalho, os destinos profissionais de mestres e doutores em Administração”; H. Sampaio e J. Velloso, “Mestres e doutores em Engenharia Civil: da empresa à academia?”, C. B. Martins, G. Villas Bôas, M. L. O. Barbosa e Y. Maggie, “Mestres e doutores em Sociologia”, todos os textos em J. Velloso (org.) *Formação e Trabalho de Mestres e Doutores no País: Administração, Agronomia, Bioquímica, Clínica Médica, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Física, Química e Sociologia*, vol. 1, CAPES e UNESCO, Brasília, 2002. Os resultados para outras áreas são apurações especiais dos dados da obra citada e de outros dados, a serem discutidos no vol. 2, em preparo.

6 H. Sampaio, Limonges e H. Torres. “Equidade e heterogeneidade Ensino Superior Brasileiro”. NUPES e CEBRAP, São Paulo, 2001.

- ⁷ J. Velloso, “Aspectos da formação de cientistas no país: evidências, êxitos e desafios”, in Schmidt, B., Oliveira, R. e Aragon, V. (orgs.), *Entre Escombros e Alternativas: Ensino Superior na América Latina*, p. 77-98, Editora UnB, Brasília, 2000.
- ⁸ G. Zancan, *Jornal da Ciência*, ano 14, n. 432, p. 6-7, 31 mar. 2000.
- ⁹ J. Velloso, *cit.*
- ¹⁰ R. Guimarães, R. Lourenço e S. Cosac, “O perfil dos doutores ativos em pesquisa no Brasil”, *Parcerias Estratégicas*, n. 13, p. 122-150, 2001.
- ¹¹ Pesquisa apoiada pela CAPES, em convênio com a UNESCO.
- ¹² E. Balbachevsky e J. Velloso, “Atividades editoriais, comitês e trajetórias profissionais: os seniores dos melhores programas do país em quatro áreas”, in J. Velloso (org.), *Formação no país ou no exterior? Doutores na pós-graduação de excelência*. Um estudo na Bioquímica, Engenharia Elétrica, Física e Química no país, p. 201-216, CAPES e UNESCO, Brasília, 2002, no prelo.
- ¹³ Dados de S. Weber, “Mestres titulados no período 1990-98: estudo e situação de trabalho”, in J. Velloso, *cit.*, p. 399-408; os resultados para Direito, Economia, Engenharia Mecânica, Geociências, Odontologia e Psicologia são apurações especiais de outros dados, a serem discutidos no vol. 2, em preparo.
- ¹⁴ H. Sampaio e J. Velloso, “Formação de mestres (e doutores): contribuições para as atividades profissionais”, in J. Velloso, *cit.*, p. 419-437; os resultados para Geociências, Odontologia e Psicologia são apurações especiais de outros dados, a serem discutidos no vol. 2, em preparo.

Impressão e Acabamento:



SIA TRECHO 3 LOTE N° 1760

Fone: (0xx61) 362-0008 / Fax: (61) 362-7476

e-mail: quick@gns.com.br

contemporâneo.

As discussões ali realizadas certamente não esgotaram a complexidade dos temas. Contudo, como lembra o reitor Lauro Morhy, *Brasil em Questão* "é um meio e, não, um fim. É um bom começo para despertar outras consciências, mentes e corações, pensando e pulsando Brasil". É desse debate que o leitor é convidado a participar.

Com a publicação, em 2002, de *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, a UnB cumpre, mais uma vez, seu compromisso histórico de contribuir para a reflexão sobre as alternativas e projetos para o nosso País.

BRASILIDADE • Roberto Freire • Artur da Távola • Aspásia Camargo • Vamireh Chacon • **BRASIL NO MUNDO** • Samuel Pinheiro Guimarães • Oliveiros Ferreira • Amado Cervo • **POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA** • Márcio Pochman • André Urani • Cristovam Buarque • **A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL** • Yeda Crusius • Luiz Pinguelli Rosa • Dércio Munhoz • **SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO** • Sergio Arouca • Marcos Helano Montenegro • Sebastião Viana • Pedro Tauil • **EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA** • Roberto Vermulm • Sergio Rezende • João Batista de Oliveira • Lauro Morhy • **CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA** • Guilherme de Almeida • Sueli Carneiro • Luiz Mott • Dóris Faria • **A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA** • Armando Mendes • Maria Adélia de Souza • Eduardo Suplicy • Cristina Mac Dowell • Marcos Formiga • **MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA** • Washington Novaes • Marina Silva • Edna Ramos Castro • Marcel Burstyn • **REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS** • Ricardo Varsano • Wilson Cano • Vinícius Carvalho Pinheiro • José Geraldo de Sousa Júnior • **A UNIVERSIDADE BRASILEIRA** • Helgio Trindade • Édson Franco • Jacques Velloso • Lauro Morhy